



Relatório

2º Trimestre

2025

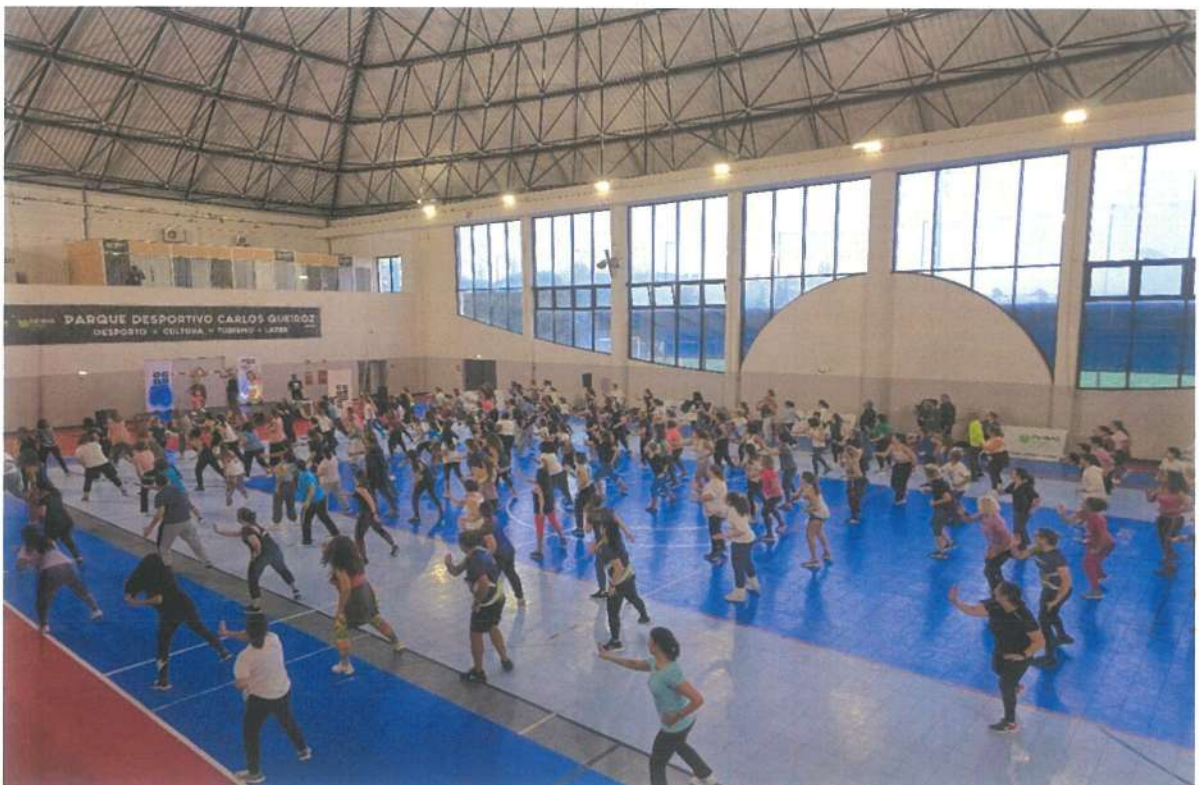
Índice

A - Nota Introdutória	3
B – Execução Orçamental	3
C. Anexos	8
• DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ...	20
• PARECER DOS REVISORES OFICIAIS DE CONTAS	21

A - Nota Introdutória

A Oeiras Viva previu em Orçamento, para o exercício económico de 2025, alcançar um Resultado Líquido superior ao efetivamente alcançado, conforme consta do quadro seguinte e assim apesar do Resultado Líquido apurado no período, o mesmo apresenta um desvio negativo face ao estimado no orçamento.

Em sede de Orçamento foi previsto alcançar, neste período, um Resultado Líquido negativo de 39.015€, assente na obtenção de um total de Rendimentos de 2.321.925€ e de Gastos de 2.360.940€. Esta previsão não foi observada, uma vez que, os Gastos ultrapassaram esta previsão em 8% (no montante de 196.000€) e os Rendimentos registaram um ligeiro decréscimo de 1% (no montante de 34.433€).



B – Execução Orçamental 2º Trimestre 2024-2025

Em sede de Orçamento foi previsto alcançar um Resultado Líquido negativo de 39.015€, o que em termos de execução orçamental se veio a distanciar do realmente obtido, em menos 231.758€.

	2024	2025	Var.2024-2025 %	Orçamento	Execução %	VAR. 2024-2025	VAR. Real ²⁵ -Orç ²⁵
CMVMC	58 058 €	67 071 €	16%	81 000 €	-17%	9 012 €	-13 929 €
FSE	1 214 567 €	1 462 852 €	20%	1 255 611 €	17%	248 285 €	207 241 €
Gastos Pessoal	812 113 €	935 681 €	15%	958 875 €	-2%	123 568 €	-23 194 €
Gastos Dep. Amort.	70 175 €	63 134 €	-10%	63 762 €	-1%	-7 041 €	-628 €
Outros Gastos e Perdas	4 023 €	28 201 €	601%	1 692 €	1567%	24 179 €	26 509 €
Gastos Totais	2 158 937 €	2 556 939 €	18%	2 360 940 €	8%	398 003 €	196 000 €
Vendas	57 673 €	78 783 €	37%	68 220 €	15%	21 111 €	10 563 €
Prestação Serviços	1 481 673 €	1 876 752 €	27%	1 935 570 €	-3%	395 079 €	-58 818 €
Sub. Explor Contr. Programa CMO	186 947 €	327 157 €	75%	297 415 €	10%	140 210 €	29 742 €
Rendim. Suplementares	32 341 €	4 800 €	-85%	20 720 €	-77%	-27 541 €	-15 919 €
Rendimentos Totais	1 758 633 €	2 287 493 €	30%	2 321 925 €	-1%	528 859 €	-34 433 €
Imposto s/Rendim. Exercício	11 737 €	1 325 €	0%	0 €	0%	-10 412 €	1 325 €
RESULTADO LÍQUIDO	-412 040 €	-270 772 €	34%	-39 015 €	-594%	141 268 €	-231 758 €

Quadro 1. Demonstração de Resultados reais Vs. Orçamento – 2º Trimestre de 2024-2025

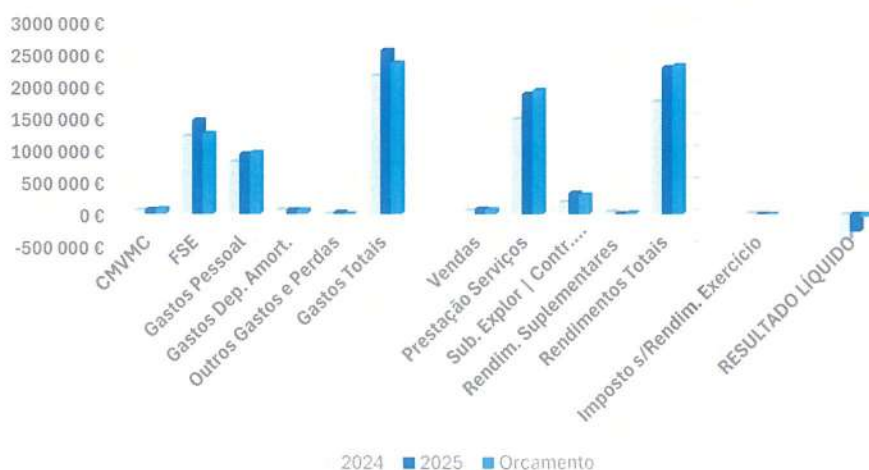


Gráfico 1. Gastos e Rendimentos Totais vs. Orçamento – 2º Trimestre de 2024-2025

O quadro seguinte não contempla o montante dos Gastos a ratear pelas diversas unidades dos Serviços Transversais. A área de atividade que apresenta uma taxa de execução positiva nos Rendimentos (49%) e do Resultado Líquido (300%) é a Piscina Oceânica, seguida do Porto de Recreio, que exhibe uma taxa de execução positiva apenas no que se refere ao Resultado Líquido (3%). Todas as demais redundaram em taxas de execução, dos Resultados Líquidos, negativas. O Quadro 2 espelha esta informação.



		Ano 24 S/Rateio	Ano 25 S/Rateio	Varição % 24-25	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Pisc. Outurela	Rendimento Global ^{POP}	265 319 €	320 476 €	21%	310 882 €	3%
	Gasto Global ^{POP}	229 623 €	327 419 €	-43%	266 253 €	23%
	Resultado Líquido^{POP}	35 697 €	-6 943 €	-119%	44 629 €	-116%
Pisc. Barcarena	Rendimento Global ^{PB}	245 317 €	379 856 €	55%	322 105 €	18%
	Gasto Global ^{PB}	297 770 €	342 641 €	15%	256 241 €	34%
	Resultado Líquido^{PB}	-52 453 €	37 215 €	171%	65 865 €	-43%
Pisc. Linda-a-Velha	Rendimento Global ^{PLV}	152 880 €	164 260 €	7%	193 432 €	-15%
	Gasto Global ^{PLV}	156 659 €	194 361 €	24%	193 124 €	1%
	Resultado Líquido^{PLV}	-3 779 €	-30 102 €	-697%	308 €	-9873%
Pisc. Oceânica	Rendimento Global ^{POC}	118 066 €	285 836 €	-142%	191 468 €	49%
	Gasto Global ^{POC}	200 444 €	152 932 €	-24%	158 249 €	-3%
	Resultado Líquido^{POC}	-82 378 €	132 903 €	261%	33 220 €	300%
Porto de Recreio	Rendimento Global ^{PRO}	563 010 €	572 809 €	2%	614 811 €	-7%
	Gasto Global ^{PRO}	355 945 €	304 953 €	14%	354 735 €	14%
	Resultado Líquido^{PRO}	207 065 €	267 857 €	29%	260 076 €	3%
PD Carlos Queiroz	Rendimento Global ^{PDOQ}	67 997 €	87 458 €	29%	95 368 €	-8%
	Gasto Global ^{PDOQ}	54 280 €	84 632 €	56%	87 102 €	-3%
	Resultado Líquido^{PDOQ}	13 716 €	2 826 €	-79%	8 266 €	-66%
Pavilhões	Rendimento Global ^{PAV}	240 852 €	229 642 €	-5%	274 512 €	16%
	Gasto Global ^{PAV}	241 555 €	240 746 €	0%	243 890 €	-1%
	Resultado Líquido^{PAV}	-703 €	-11 104 €	-1479%	30 622 €	-136%
C. Desp Porto Salvo	Rendimento Global ^{CDPS}	6 816 €	24 327 €	257%	21 611 €	13%
	Gasto Global ^{CDPS}	2 397 €	19 675 €	721%	15 651 €	26%
	Resultado Líquido^{CDPS}	4 420 €	4 652 €	5%	5 960 €	-22%
Palácio Flor da Murta	Rendimento Global ^{PFM}	21 378 €	1 538 €	-93%	0 €	N/A
	Gasto Global ^{PFM}	17 805 €	12 367 €	-31%	0 €	N/A
	Resultado Líquido^{PFM}	3 573 €	-10 829 €	-403%	0 €	N/A
Aud. M. Ruy de Carvalho	Rendimento Global ^{AMARC}	28 998 €	134 331 €	363%	149 507 €	-10%
	Gasto Global ^{AMARC}	71 128 €	93 516 €	31%	99 329 €	-6%
	Resultado Líquido^{AMARC}	-42 131 €	40 815 €	197%	50 178 €	-19%
Turismo	Rendimento Global ^{TUR}	0 €	52 550 €	N/A	110 728 €	-53%
	Gasto Global ^{TUR}	26 763 €	79 191 €	196%	98 715 €	-20%
	Resultado Líquido^{TUR}	-26 763 €	-26 641 €	0%	12 013 €	-322%
Marketing	Rendimento Global ^{MARKT}	0 €	0 €	N/A	0 €	N/A
	Gasto Global ^{MARKT}	27 368 €	28 092 €	3%	0 €	N/A
	Resultado Líquido^{MARKT}	-27 368 €	-28 092 €	-3%	0 €	N/A
Escola Vela	Rendimento Global ^{EV}	44 718 €	32 820 €	-27%	32 000 €	36%
	Gasto Global ^{EV}	25 000 €	50 321 €	101%	35 442 €	-50%
	Resultado Líquido^{EV}	19 718 €	-17 501 €	-189%	-3 442 €	-213%
Manutenção	Rendimento Global ^{MANT}	0 €	0 €	N/A	0 €	N/A
	Gasto Global ^{MANT}	82 201 €	127 963 €	56%	0 €	N/A
	Resultado Líquido^{MANT}	-82 201 €	-127 963 €	56%	0 €	N/A
Outros Serv. Transversais	Rendimento Global ^{S. Transversais}	3 283 €	1 589 €	-52%	5 500 €	-71%
	Gasto Global ^{S. Transversais}	369 999 €	498 129 €	35%	552 208 €	-10%
	Resultado Líquido^{S. Transversais}	-366 716 €	-496 540 €	-35%	-546 708 €	9%
GLOBAL	Rendimento Global	1 758 633 €	2 287 492 €	30%	2 321 925 €	-1%
	Gasto Global	2 158 937 €	2 556 939 €	18%	2 360 940 €	8%
	Resultado Líquido s/imposto	-400 303 €	-269 447 €	33%	-39 015 €	-591%

Quadro 2. Execução Orçamental, com Gastos Totais S/rateio

O Quadro 2. apresenta o comportamento dos indicadores que concorrem para a formação dos Resultados Líquidos das diversas Áreas de Atividade sob gestão da Oeiras Viva, bem como, o respetivo índice de execução, exibindo a Piscina Oceânica e o Porto de Recreio, uma taxa de execução positiva quanto ao Resultado Líquido. As restantes Áreas de Atividade registam uma taxa de execução negativa, no que ao Resultado Líquido diz respeito.

O Quadro 2. permite analisar o comportamento dos Gastos no exercício de 2025, de todas as Áreas de Atividade, antes de rateio.

A análise económica e a respetiva execução orçamental das diversas Áreas de Atividade da Oeiras Viva, estão vertidas no capítulo C -Anexos.

Oeiras, 22 de outubro de 2025

A Direção Financeira

Assinado por: **Isabel Maria Saraiva Rabaça**
Num. de Identificação: 05539032
Data: 2025.10.24 17:09:48+01'00'



O Contabilista Certificado

Assinado por: **Carlos Alberto Pereira Batista**
Num. de Identificação: 06957134
Data: 2025.10.24 17:14:48+01'00'
Certificado por: **Ordem dos Contabilistas Certificados**
Atributos certificados: **Membro da OCC nº 48958**



A Administração

Presidente do Conselho de Administração

1º Vogal

2ª Vogal

Assinado por: **Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha**
Num. de Identificação: 08963274
Data: 2025.10.27 15:51:04+00'00'



Assinado por: **EDUARDO BAPTISTA CORREIA**
Num. de Identificação: 06527268
Data: 2025.10.27 19:06:50+00'00'



Assinado por: **Zalinda Maria Campilho Coelho**
Num. de Identificação: 05797779
Data: 2025.10.29 16:52:18+00'00'



C. Anexos

Demonstração de Resultados e Execução Orçamental
por Áreas de Atividade

I Lazer

OEIRAS MARINA

		Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Pisc. Oceânica	Rendimento Global^{POC}	285 836 €	191 468 €	49%
	Gasto Global^{POC}	152 932 €	158 249 €	-3%
	Resultado Líquido^{POC}	132 903 €	33 220 €	300%
Porto de Recreio	Rendimento Global^{PRO}	572 809 €	614 811 €	-7%
	Gasto Global^{PRO}	304 953 €	354 735 €	-14%
	Resultado Líquido^{PRO}	267 857 €	260 076 €	3%

Quadro1. Execução Orçamental da Oeiras Marina

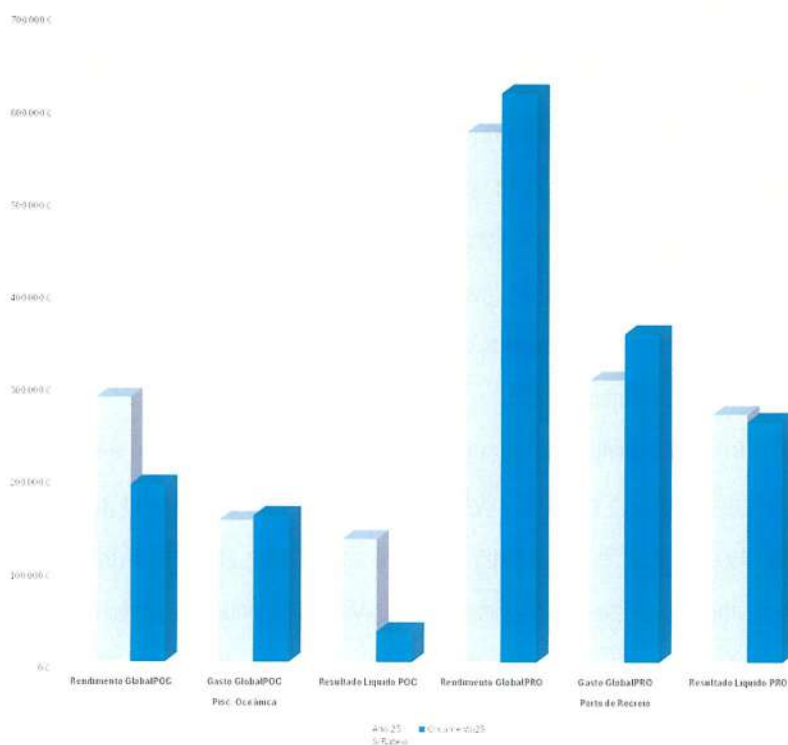


Gráfico 1. Execução Orçamental 2025 – Oeiras Marina

O Resultado Líquido da Piscina Oceânica registado em 2025 é positivo em 132.903€, sendo o orçamentado de 33.220€ o que traduz um desvio positivo de 300%. Este facto resulta essencialmente:

- do crescimento dos Rendimentos reais face ao orçamentado em 49%

- ✓ Contrato de Prestação de Serviços referente ao Contrato entre a ParquesTejo e a Oeiras Viva relativo ao Parque de Estacionamento sito na Piscina Oceânica, relativo a 2023 e 2024;
- ✓ Aumento da faturação proveniente da sua abertura uma semana antes do ocorrido em 2024 e pelo aumento da procura por este equipamento (condições climatéricas propícias)

b) da contração de 3% dos Gastos face ao projetado em orçamento.

Dar nota que a Piscina Oceânica manteve o seu galardão Pool Safe, pelo 4º ano consecutivo.

O Porto de Recreio registou um desempenho positivo, face ao que foi previsto em orçamento, ao registar uma taxa de execução positiva, do Resultado Líquido, em 3%. O contributo advém das circunstâncias que geraram gastos reais abaixo dos estimados em orçamento, em 14%, pese embora a execução dos rendimentos tenha observado um valor real inferior ao definido no orçamento (em 7%). A execução dos Rendimentos ficou comprometida em termos reais, pelo decréscimo na faturação com reflexo na rubrica Prestação de Serviços, atribuída a um incidente ambiental, ocorrido em abril, junto aos pilares da Ponte 25 de Abril, provocado pelo navio "Helen Julie".

Este incidente ambiental acabou por afetar a Oeiras Marina de forma impactante, condicionando a sua atividade, uma vez que resultou no derrame de um produto poluente em grande quantidade, identificado como nafta. O episódio motivou a intervenção imediata de diversas entidades externas, incluindo a Polícia Marítima, Autoridade Marítima Nacional, Proteção Civil de Oeiras e Câmara Municipal de Oeiras, tendo a seguradora P&I Pinto Basto assumido a responsabilidade dos danos ocorridos, bem como a coordenação das operações de limpeza e recuperação ambiental. O programa de limpeza da marina teve início dois dias após o derrame, conduzido por uma empresa contratada pela seguradora, prolongando-se por cerca de um mês até à limpeza integral da marina e da zona do enrocamento. No entanto, não é possível declarar os trabalhos como definitivamente concluídos, dado que permanece a possibilidade de surgirem novos focos de contaminação.

Foi alcançado acordo relativamente à limpeza das embarcações dos clientes até 9 metros, realizada na própria marina mediante pagamento do serviço à Oeiras Viva EM. O programa de limpeza "in situ" teve início em junho de 2025, tendo sido limpas 40 embarcações até à data, enquanto as de maior porte recorreram a serviços externos.

Este incidente teve impacto direto nas contas da Oeiras Viva EM, tendo resultado na suspensão temporária de vários serviços, incluindo manobras de grua, lavagens de casco, estadias curtas (passantes) e utilização de zorra, com uma perda financeira apurada em 96.680,18 euros, acrescidos de IVA.

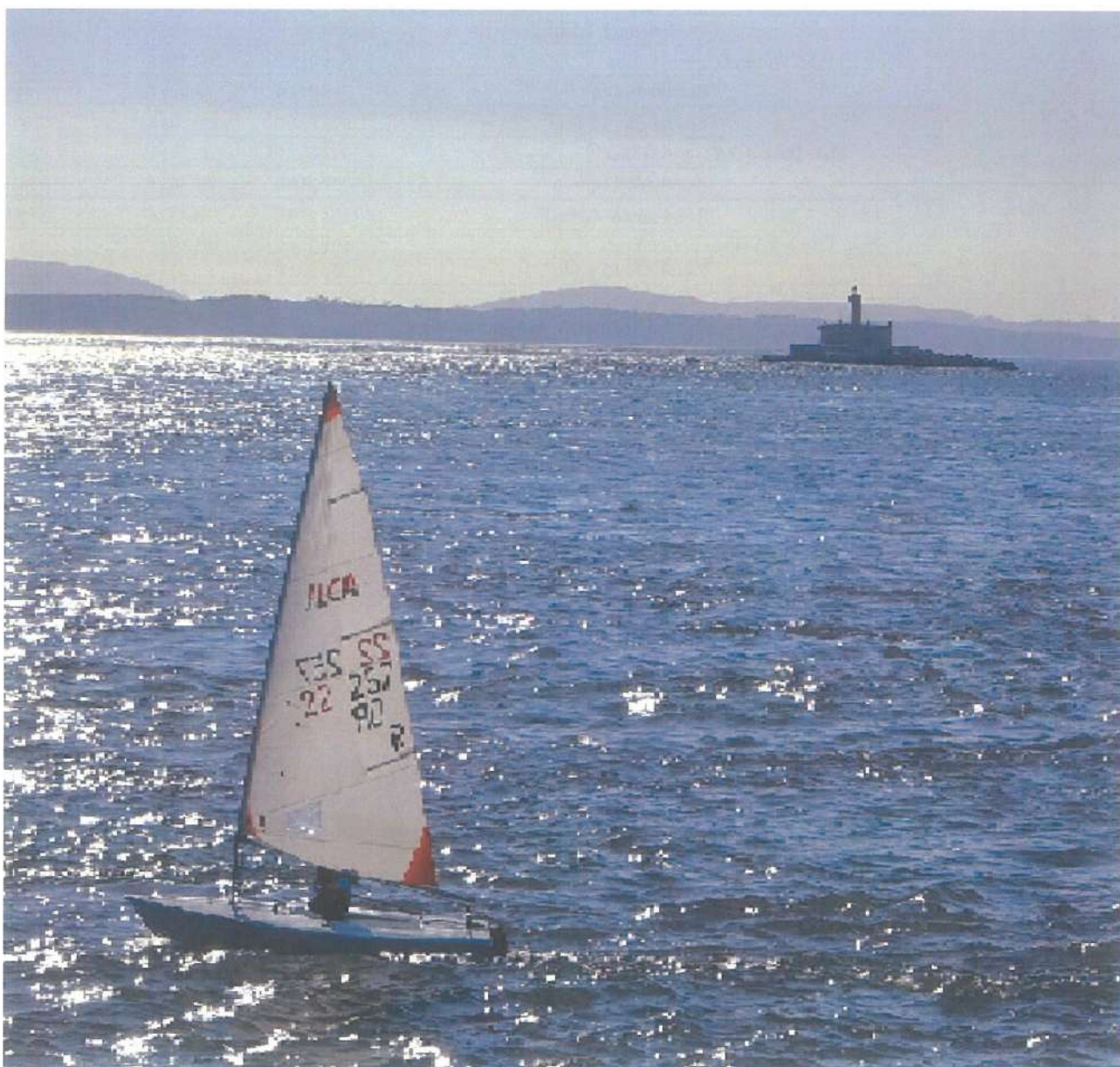
Adicionalmente, foi apresentada reclamação pelos danos materiais, não tendo até à data sido possível alcançar acordo com a seguradora do navio responsável, estando o processo entregue ao gabinete jurídico da Oeiras Viva, E.M., bem como ao Ministério Público por se tratar de um crime ambiental.

Para além do impacto económico, este incidente não afetou a perceção pública da qualidade ambiental e operacional da marina, considerando a rápida resposta dos serviços da Oeiras Viva, E.M., exigindo um reforço das ações de comunicação, implementação de medidas de mitigação ambiental e contratação de serviços especializados de limpeza.

As ações de monitorização mantêm-se, com o objetivo de garantir a completa recuperação das infraestruturas e mitigar os impactos reputacionais associados.

Os Gastos Totais registam um desvio negativo de 14%, por ter sido sobrestimado em orçamento.

Dar nota que o Porto de Recreio iniciou, no período em análise, a sua certificação da Qualidade ISO 9001:2015 a qual terá o prazo previsto de conclusão no 3º trimestre.



II DESPORTO

1. PISCINAS MUNICIPAIS

		Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Pisc. Outurela	Rendimento Global ^{POP}	320 476 €	310 882 €	3%
	Gasto Global ^{POP}	327 419 €	266 253 €	23%
	Resultado Líquido^{POP}	-6 943 €	44 629 €	-116%
Pisc. Barcarena	Rendimento Global ^{PB}	379 856 €	322 105 €	18%
	Gasto Global ^{PB}	342 641 €	256 241 €	34%
	Resultado Líquido^{PB}	37 215 €	65 865 €	-43%
Pisc. Linda-a-Velha	Rendimento Global ^{PLV}	164 260 €	193 432 €	-15%
	Gasto Global ^{PLV}	194 361 €	193 124 €	1%
	Resultado Líquido^{PLV}	-30 102 €	308 €	-9873%

Quadro 2. Execução Orçamental das Piscinas Municipais

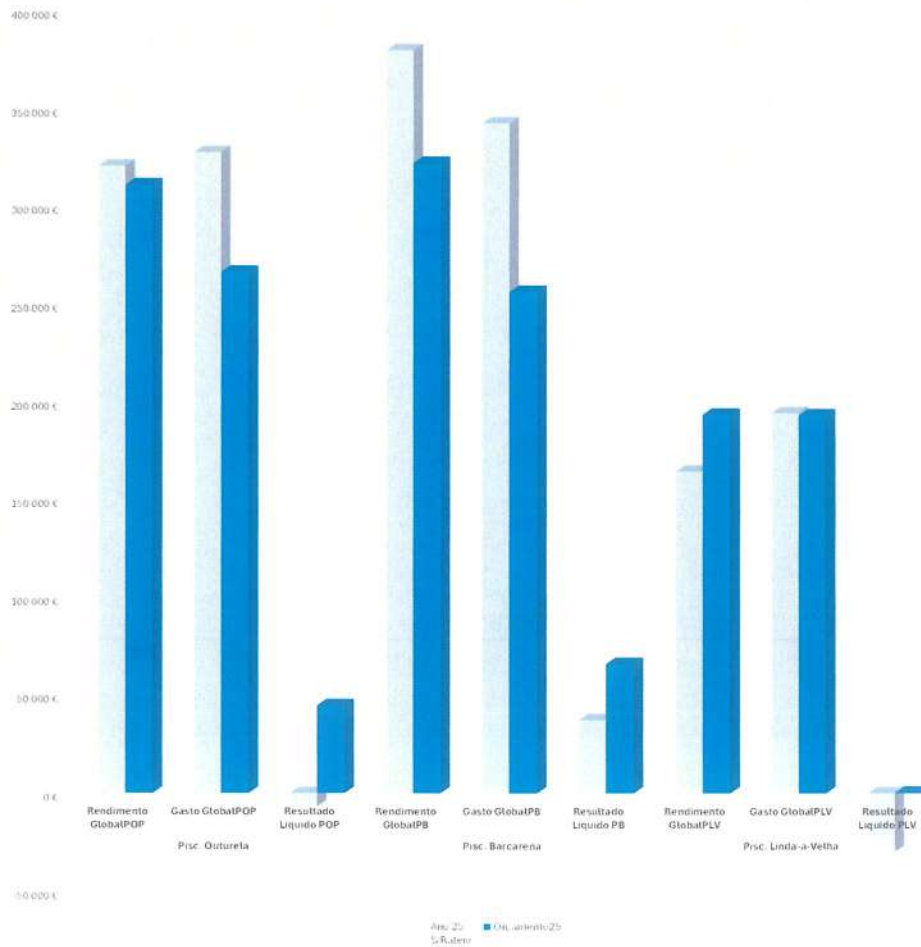


Gráfico 2. Execução Orçamental 2025 - Piscina Municipais

A execução orçamental referente ao Rendimento Total, das duas primeiras Piscinas Municipais, registou um desvio positivo, atendendo à:

- ✓ Consideração do aumento da Prestação de Serviços por via do crescimento de utentes e de novos produtos/serviços criados acima do estimado.

A Piscina de Linda-a-Velha observa uma taxa de execução de sinal contrário, atribuída a uma sobrestimação em sede de orçamento do montante dos Rendimentos uma vez que, esta piscina regista um crescimento deste indicador, face ao período homólogo de 2024.

Os Gastos Totais apresentam um crescimento face ao previsto, em todas as Piscinas Municipais, sobretudo atribuído ao crescimento da atividade. Os incrementos dos Gastos Totais provêm do aumento:

- ✓ dos Honorários
- ✓ dos Consumos Energéticos.

A Piscina de Barcarena é a que apresenta um menor desvio orçamental relativamente ao Resultado Líquido.

De salientar que a Escola de Natação, cuja certificação se encontra em curso mantém uma elevada dinâmica registando um aumento do número de alunos inscritos.

Programa Viva as Férias



A edição de 2025 do programa Viva as Férias que decorreu nas Piscinas Municipais, no Parque Desportivo Carlos Queiroz, na Piscina Oceânica e na Marina de Oeiras, contou com uma oferta diversificada de atividades, distribuídas por vários campus temáticos: Campus de Atividades Náuticas, Campus de Desporto e Lazer, Campus de Futebol, Campus de Lazer Ativo, Campus de Vela e Campus de Voleibol.

Esta edição distinguiu-se por apresentar a maior variedade de opções visando proporcionar às crianças múltiplas formas de desfrutar das suas férias de verão de maneira ativa, divertida e enriquecedora.

Este programa gerou, até junho de 2025, um total de Rendimentos de cerca de 117.600€.

Uma vez que este Programa decorre nos diversos equipamentos desportivos e recreativos este valor deste rendimento encontra-se distribuído e alocado a cada uma das respetivas áreas de atividade.

2. PAVILHÕES E COMPLEXOS DESPORTIVOS

		Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
PD Carlos Queiroz	Rendimento Global ^{PDCQ}	87 458 €	95 368 €	-8%
	Gasto Global ^{PDCQ}	84 632 €	87 102 €	-3%
	Resultado Líquido^{PDCQ}	2 826 €	8 266 €	-66%
Pavilhões	Rendimento Global ^{PAV}	229 642 €	274 512 €	-16%
	Gasto Global ^{PAV}	240 746 €	243 890 €	-1%
	Resultado Líquido^{PAV}	-11 104 €	30 622 €	-136%
C. Desp Porto Salvo	Rendimento Global ^{CDPS}	24 327 €	21 611 €	13%
	Gasto Global ^{CDPS}	19 675 €	15 651 €	26%
	Resultado Líquido^{CDPS}	4 652 €	5 960 €	-22%

Quadro 3. Execução Orçamental Pavilhões e Complexos Desportivos

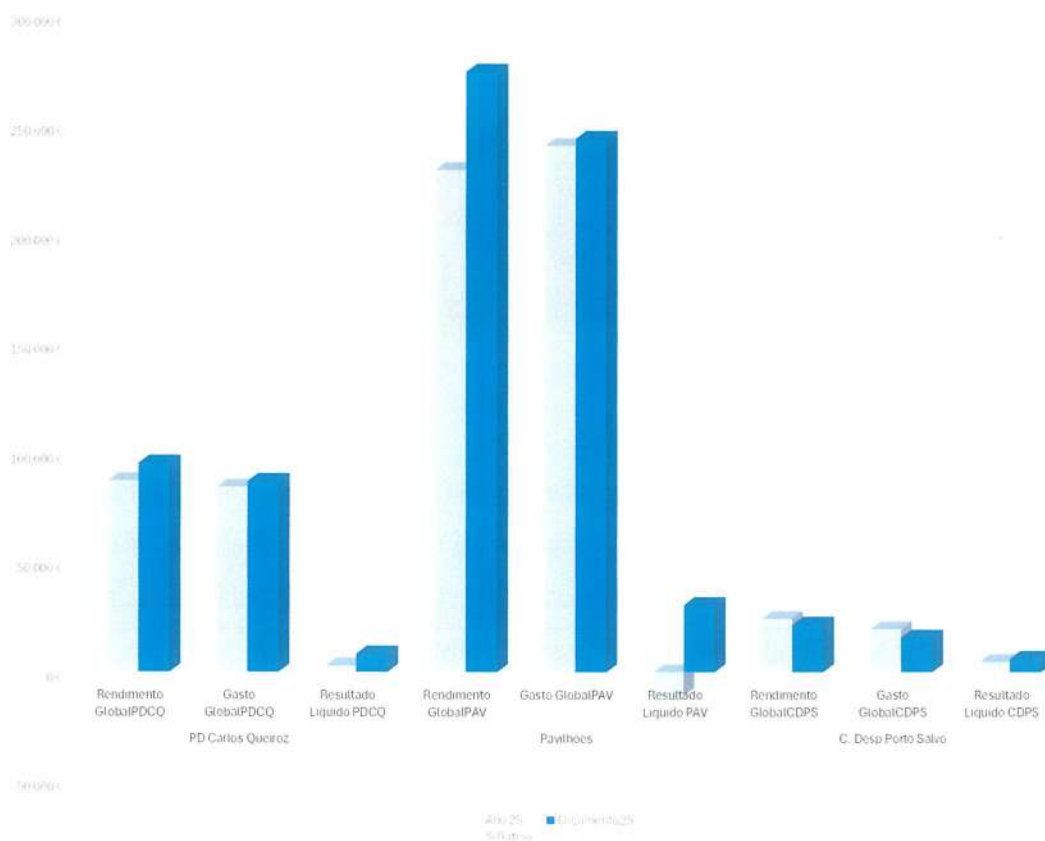


Gráfico 3. Execução Orçamental 2025 - Pavilhões e Complexos Desportivos

Os Pavilhões e Complexos Desportivos apresentam uma execução diminuta no que ao Resultado Líquido diz respeito.

Pese embora se tenha registado um aumento dos Rendimentos nos Pavilhões e no Complexo Desportivo Carlos Queiroz, no 1º semestre de 2025 face a igual período de 2024, (pese embora o Pavilhão de Talaíde se encontre encerrado para a realização de obras) como consequência da:

- ✓ Maior procura destas instalações para eventos e jogos privados
- ✓ Inclusão na Prestação de Serviços de 2025, valores faturados ao abrigo do Contrato *In House*, facto que ocorreu em 2024, mas que, foi previsto em orçamento

os valores estimados em orçamento registaram um desvio negativo. Tal situação ocorreu por via de uma projeção excessiva deste indicador.

Os Gastos referentes aos Pavilhões e ao Complexo Desportivo Carlos Queiroz apresentam um desvio negativo quanto à sua execução, invertendo-se este desvio no Complexo Desportivo de Porto Salvo uma vez que, os gastos de exploração passaram a ser na sua totalidade assumidos pela Oeiras Viva, facto que à data da elaboração do Orçamento não estava previsto, a saber:

- ✓ Com a Limpeza
- ✓ Com os Consumos energéticos
- ✓ Com os Honorários
- ✓ Com os Gastos de Pessoal (foi alocado um funcionário a este Equipamento)

III. TURISMO

		Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Turismo	Rendimento Global^{TUR}	52 550 €	110 728 €	-53%
	Gasto Global^{TUR}	79 191 €	98 715 €	-20%
	Resultado Líquido^{TUR}	-26 641 €	12 013 €	-322%

Quadro 4. Execução Orçamental do Turismo

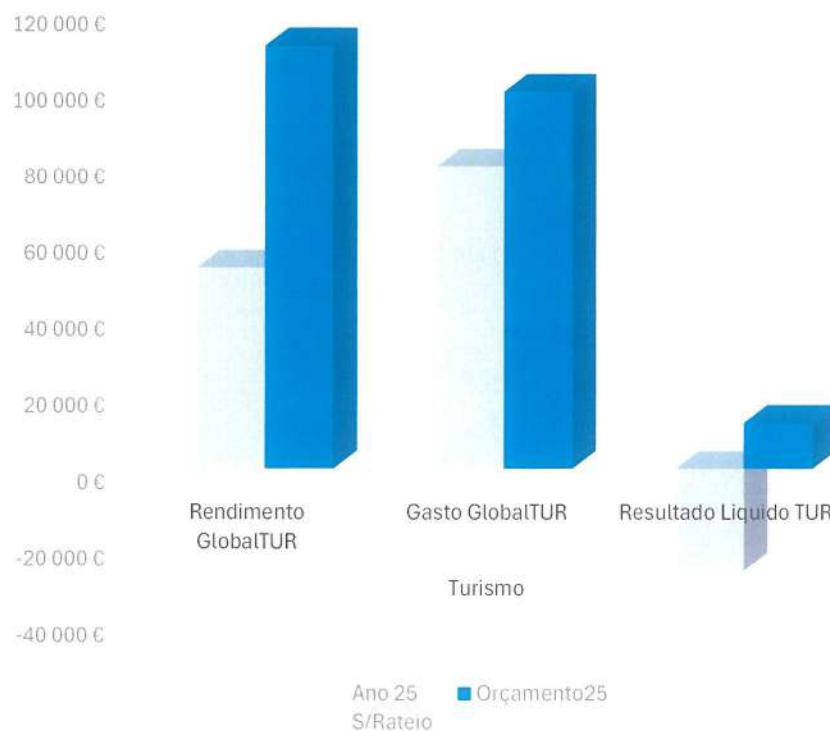


Gráfico 4. Execução Orçamental 2025 - Postos Turismo

O Resultado Líquido desta Área de Atividade, apresenta uma redução substancial face ao estimado em Orçamento (322%), resultado do desvio negativo ocorrido na execução dos Rendimentos (53%) que não foi contrabalançado pela derivação negativa dos Gastos (20%). Os Gastos registam uma sobre orçamentação aparente, uma vez que se projetou um montante que não se veio a observar.

IV - CULTURA

	Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Rendimento Global^{PFM}	1 538 €	0 €	N/A
Palácio Flor da Murta			
Gasto Global ^{PFM}	12 367 €	0 €	N/A
Resultado Líquido^{PFM}	-10 829 €	0 €	N/A
Rendimento Global^{AMARC}	134 331 €	149 507 €	-10%
Aud. M. Ruy de Carvalho			
Gasto Global ^{AMARC}	93 516 €	99 329 €	-6%
Resultado Líquido^{AMARC}	40 815 €	50 178 €	-19%

Quadro 5. Execução Orçamental da Cultura

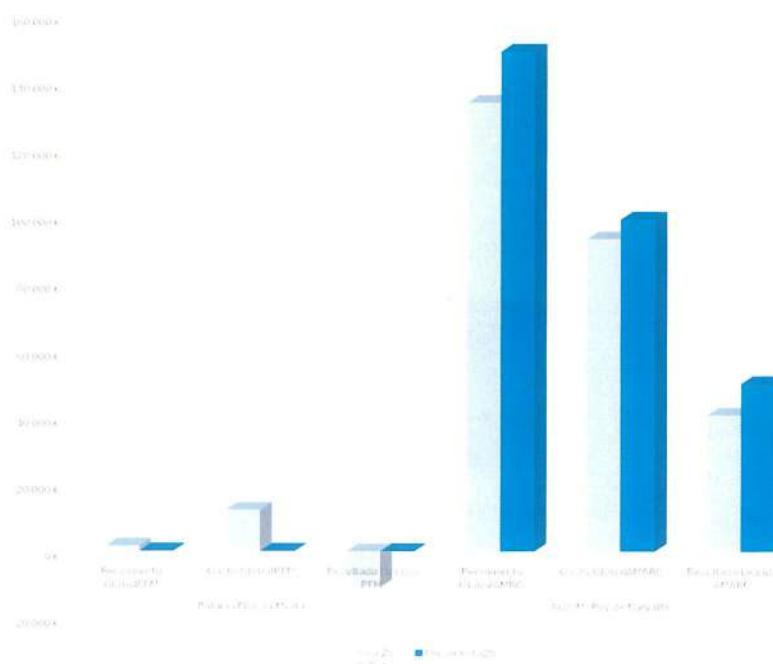


Gráfico 5. Execução Orçamental 2025 - Cultura

O Palácio Flor da Murta não foi objeto de inclusão no Orçamento para 2025, uma vez que a sua desafetação da esfera da gestão da Oeiras Viva, tinha o ano de 2024 como o ano da transferência deste equipamento para a esfera da Universidade Nova. No entanto esta passagem está ainda em curso, encontrando-se a Oeiras Viva a suportar os seus custos de funcionamento, custos estes que serão posteriormente refaturados à Universidade Nova, na sequência e nos moldes definidos no Contrato Inter-administrativo de Cooperação entre o Município de Oeiras, a Oeiras Viva e a Universidade Nova de Lisboa, a celebrar brevemente.

O Auditório Ruy de Carvalho apresenta um Resultado Líquido positivo pese embora abaixo do valor estimado no Orçamento uma vez que, quer os Gastos quer os Rendimentos ficaram aquém do previsto.

V. ESCOLA DE VELA

		Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Escola Vela	Rendimento Global^{EV}	32 820 €	32 000 €	3%
	Gasto Global^{EV}	50 321 €	35 442 €	42%
	Resultado Líquido^{EV}	-17 501 €	-3 442 €	-408%

Quadro 6. Execução Orçamental da Escola de Vela



Gráfico 6. Execução Orçamental 2025 - Escola de Vela

O desvio registado no Resultado Líquido desta Área de Atividade é negativo e decorre do desvio positivo dos Gastos (42%), os quais são explicados pelo aumento da atividade desportiva na náutica, em contraponto com a derivação igualmente positiva, mas, inferior dos Rendimentos previstos no Orçamento (3%).

VI. ÁREAS DE SUPORTE

	Ano 25 S/Rateio	Orçamento ²⁵	VAR. Exc25-Orç25 %
Rendimento Global^{S. Transversais}	1 589 €	5 500 €	-71%
Outros Serv. Transversais Gasto Global ^{S. Transversais}	498 129 €	552 208 €	-10%
Resultado Líquido SEDE^{S. Transversais}	-496 540 €	-546 708 €	9%

Quadro 7. Execução Orçamental das Áreas de Suporte



Gráfico 7. Execução Orçamental 2025 - Áreas de Suporte

O Resultado Líquido das Áreas de Suporte regista uma performance positiva face ao estimado para 2025, em 9%, uma vez que os Gastos ficaram aquém dos projetados em Orçamento.

- **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS**



1 ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 30 de junho de 2025

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

ENTIDADE: OEIRAS VIVA – Gestão Equipamentos Culturais e Desportivos, EM
NIPC 505 351 064
Natureza Jurídica Entidade Empresarial Municipal
Capital 100965.57 Euros
CAE principal 93110 – R3

SEDE: PISCINA OCEANICA DE OEIRAS
ESTRADA MARGINAL PRAIA DA TORRE, Oeiras
2780-267 Oeiras
Órgãos Sociais:

ASSEMBLEIA GERAL

Acionista Único – Camara Municipal de Oeiras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Presidente: Rui Mourinha
Vogal (Não-executivo): Eduardo Correia
Vogal (Não executivo): Zalinda Campilho

FISCAL ÚNICO: Kreston & Associados – SROC, Lda. (SROC n.º 104)
Representada por Maria do Céu Ferreira Godinho (ROC n.º 1420)

1.2 NATUREZA DA ATIVIDADE:

A Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Culturais e Desportivos, E.M. constitui uma empresa pública municipal, estabelecida ao abrigo da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. A entidade detém personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira, e património próprio, encontrando-se sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras. A Oeiras Viva foi constituída em 18 de abril de 2001 e iniciou as suas operações em 29 de maio de 2001.

O seu objeto social principal consiste na gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património do Município de Oeiras, bem como aqueles que, a qualquer título, estejam confiados ao Município para o desenvolvimento dessas atividades. Adicionalmente, a empresa promove as ações necessárias para a manutenção, reabilitação e reequipamento dos referidos espaços.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

As demonstrações financeiras anexas foram elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor em Portugal, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. A sua preparação observou a estrutura conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas (NI), conforme consignado nos Avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de junho de 2015, que, em conjunto, integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Para assegurar uma representação verdadeira e apropriada da posição financeira e do desempenho da empresa, foram aplicadas as normas que compõem o SNC em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação. Esta aplicação foi realizada sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) adotadas ao abrigo do Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho, bem como às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemplasse aspetos específicos das transações e situações em que a empresa esteja envolvida.

O conjunto de normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, estabelecendo-se como o referencial base para os períodos subsequentes. Estas normas foram igualmente aplicadas ao período iniciado em 1 de janeiro de 2009, com o propósito de garantir a necessária comparabilidade.

As demonstrações financeiras foram preparadas com um período de reporte coincidente com o exercício em análise, sob o pressuposto da continuidade das operações da empresa e em regime de acréscimo. Foram utilizados os modelos de demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, nomeadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com a expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 DERROGAÇÕES ÀS DISPOSIÇÕES DO SNC

Não foram verificadas derrogações às disposições do SNC no período em análise.

2.3 COMPARABILIDADE DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO UTILIZADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adotou as Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho. As demonstrações estão também alinhadas com a estrutura conceptual, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), e as Normas Interpretativas (NI) consignadas nos Avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de junho de 2015, que, em conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em consideração os seguintes pressupostos e bases: continuidade, regime de acréscimo, consistência de apresentação, materialidade e agregação, não compensação e informação comparativa.

Considerando a informação disponível à data de aprovação das contas, entende-se que o pressuposto da continuidade, que fundamenta a preparação das demonstrações financeiras com referência a 2025, não se encontra comprometido.

Em conformidade com o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adotadas pela empresa são as seguintes:

Ativos Intangíveis

Os ativos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador e licenças, são registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes ativos são amortizados a partir do momento em que estejam concluídos ou disponíveis para uso, pelo método da linha reta, de forma consistente, durante um período de 3 anos, correspondente à sua vida útil estimada.

Os ativos intangíveis são reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam por ela controláveis e possam ser mensurados com fiabilidade.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso, e relativamente às quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são reconhecidas como gasto no período em que são incorridas.

Os ganhos ou perdas resultantes da alienação ou abate destes ativos são determinados como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registados pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base mensal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Categoria de Ativo	Anos
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	3

Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e/ou perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e outros encargos necessários para a sua colocação em funcionamento.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são reconhecidos como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são capitalizadas como ativos tangíveis, caso a componente substituída seja identificada e abatida, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta, numa base mensal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Categoria de Ativo	Anos
Edifícios e outras construções	4-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3-10
Outros ativos tangíveis	4-20

No momento do abate ou alienação, os ganhos ou perdas respetivos, face ao valor líquido dos bens, são calculados e registados como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância económica e não da forma jurídica do contrato. Os contratos de locação, nos quais a empresa atua como locatária, são classificados como locações financeiras se transferirem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais se não transferirem substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do ativo é reconhecido como um ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do ativo são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações classificadas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

Instrumentos financeiros

i. Contas a Receber

As contas a receber são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)", de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

ii. Contas a Pagar a Fornecedores e Outros Credores

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.

iii. Passivos Financeiros e Instrumentos de Capital Próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da sua forma legal.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

iv. Caixa e Equivalentes de Caixa

Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

Imparidade

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objetiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda por imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objetiva de imparidade teve em conta dados observáveis que indicassem os seguintes eventos de perda:

- Dificuldade financeira significativa do devedor;
- Quebra contratual, como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Probabilidade de o devedor entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- Desaparecimento de um mercado ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em características de risco de crédito similares.

Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e em que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa àquela data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a empresa. A empresa não reconhece ativos contingentes nas suas demonstrações financeiras, mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

A empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21% sobre a matéria coletável superior a 25.000 Euros, aplicando-se a taxa de 17% para a matéria

coletável inferior a essa quantia, nos termos do artigo 87.º do Código do IRC. Esta taxa pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87.º-A do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2025 e seguintes, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 100 000 000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, a empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontrem traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração de resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes se encontram reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

Inventários

Os inventários são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na condição atual. Ou seja, o preço de fatura mais todas as despesas necessárias (transporte e seguro) para a colocação do bem para venda.

O método de custeio das saídas utilizado é o FIFO (First-In, First-Out), que pressupõe que os itens de inventário que foram adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e, conseqüentemente, os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

Custos dos Empréstimos Obtidos

Os custos dos empréstimos obtidos são mensurados ao custo, ou seja, os passivos são registados pela quantia dos ativos recebidos em troca da obrigação, pelo que, no caso de um empréstimo, o mesmo é mensurado e reconhecido pela quantia recebida da instituição financeira.

Os custos dos empréstimos são os custos de juros e outros encargos incorridos pela empresa relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

Rédito

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado.

Subsídios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciáveis e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Rubricas de Capital Próprio

Capital Realizado: O capital da sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, conforme consta na escritura da sociedade.

Reservas Legais: De acordo com o n.º 2 do artigo 30.º da Lei n.º 53-F/2006, pelo menos 10% do resultado deve ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal. A reserva legal não é distribuível, exceto em caso de liquidação, e só pode ser utilizada para absorver prejuízos (n.º 3 do artigo 30.º da Lei n.º 53-F/2006). No entanto, este mesmo artigo refere que "os estatutos podem prever as reservas cuja utilização fique sujeita a restrições".

Outras Reservas: Compreende todas as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afetação decorre de deliberações dos detentores de capital.

Resultados Transitados: Rubrica que reflete os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros) ou cobertura (se prejuízos). Esta rubrica regista, também, alguns efeitos decorrentes da NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, e efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3 – Adoção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Outras Variações no Capital Próprio: Nesta rubrica estão lançados os apoios do governo ao investimento, ou seja, subsídios que se destinam a apoiar a realização de investimento.

Efeito das alterações das taxas de câmbio

Todos os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são refletidos nas demonstrações financeiras da empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método direto. A empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de ativos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.3 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e os montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às

circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efetuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras da empresa são as seguintes:

Vida útil dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são essenciais para determinar a vida útil efetiva de um ativo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas pela empresa.

No momento da transição para o SNC, a empresa utilizou o custo considerado para a valorização dos seus equipamentos, e considerou para tal o justo valor no momento da transição. Neste momento, foram também redefinidas as vidas úteis destes equipamentos com base no período que se esperava que estivessem disponíveis para uso.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes fatores são muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa, pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efetuada pela empresa quanto à existência de prova objetiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros fatores, incluindo o fator de atualização financeira (à taxa de juro original efetiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências setoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade e, conseqüentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis

As perdas por imparidade refletem a diferença entre a quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável. Uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade, no sentido de verificar se deve estimar a quantia recuperável do ativo.

A gestão, para avaliação dos indícios de imparidade, considerou os seguintes aspetos:

3.4 FONTES EXTERNAS DE INFORMAÇÃO:

- a)** Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.

- b) Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer num futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado.
- c) As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo.
- d) A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado.

3.5 FONTES INTERNAS DE INFORMAÇÃO:

- a) Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.
- b) Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada.
- c) A avaliação do desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

4 FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários decompõe-se da seguinte forma:

Fluxos de caixa	30-06-2025	30-06-2024
Recebimentos de Clientes	2 353 531,39	1 907 382,06
Pagamentos a Fornecedores	(1 753 162,28)	(1 431 533,88)
Pagamentos ao Pessoal	(875 032,85)	(527 100,58)
Caixa das Operações	(274 663,74)	(51 252,40)
Pagamento de impostos sobre o rendimento	2 415,96	0,00
Outros (recebimentos/pagamentos)	106 701,86	268 670,44
Total do fluxo operacional	(165 545,92)	217 418,04
Actividades de Investimento	(37 121,06)	(20 188,00)
Actividades de Financiamento	0,00	0,00
Total do fluxo operacional	(202 666,98)	197 230,04
Caixa inicio do período	1 002 211,16	1 051 812,30
Caixa no fim do período	799 544,18	1 249 042,34

5 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES DAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício de 2025, não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6 PARTES RELACIONADAS

A Oeiras Viva, E.M. está sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras. No fim do exercício, os saldos transportados com a Câmara Municipal de Oeiras correspondem ao seguinte:

Ano	Balço	Cientes	Fornecedores	Devedores Acrscimos	Diferimentos
2022	Camara Municipal de Oeiras	77 585,83	0,00	0,00	0,00
2023	Camara Municipal de Oeiras	116 068,00	0,00	0,00	0,00
2024	Camara Municipal de Oeiras	162 813,45	0,00	0,00	0,00
2025	Camara Municipal de Oeiras	108 948,78			
Ano	Demonstrao de Resultados	FSE	Prestao de Servios	Subsidios Explorao	
2022	Cmara Municipal de Oeiras	657,00	907 433,76	654 312,52	
2023	Cmara Municipal de Oeiras	171,69	613 828,80	654 312,54	
2024	Cmara Municipal de Oeiras	1 388,54	733 412,39	654 313,00	
2025	Cmara Municipal de Oeiras	171,89	269 523,41	327 156,50	6 Meses

7 ATIVOS INTANGVEIS

De acordo com a poltica contabilstica, os ativos intangveis so valorizados ao custo de aquisio, deduzido das amortizaes acumuladas e das perdas por imparidade. O reconhecimento dos ativos intangveis ocorre apenas quando o provvel que gerem benefcios econmicos futuros para a empresa e que sejam controlveis e mensurveis com fiabilidade.

Os valores constantes na rubrica de programas de computador referem-se a software de controlo de gesto e suas respetivas atualizaes. Estes programas tm sido utilizados pela entidade durante vrios anos, sendo que 90% dos bens esto totalmente amortizados, o que impossibilita a mensurao fiavel dos valores. As licenas de utilizao de software esto mensuradas na rubrica de propriedade industrial.

O movimento ocorrido nos ativos intangveis foi o seguinte:

Ativos Intangveis		Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros	Totais
			Licenas e Franquias		
Em 30-06-2025	Quantias brutas escrituradas	122 438,02	30 238,96	393 917,50	546 594,48
	Depreciaes e perdas por imparidade acumuladas	-107 322,40	-30 238,96	-369 205,66	-506 767,02
	Aquisies	0,00	0,00	0,00	0,00
	Depreciaes do Exercicio	-3 825,88	0,00	-24 711,84	-28 537,72
	Quantias liquidas escrituradas	11 289,74	0,00	0,00	11 289,74
Em 30-06-2024	Quantias brutas escrituradas	109 835,02	32 833,02	391 323,44	533 991,48
	Depreciaes e perdas por imparidade acumuladas	-104 606,15	-32 833,02	-300 948,85	-438 388,02
	Depreciaes do Exercicio	-1 170,81		-32 833,02	-34 003,83
	Quantias liquidas escrituradas	4 058,06	0,00	57 541,57	61 599,63

Existem Investimentos Financeiros a recuperar referentes aos FCT conforme quadro:

Instrumentos Financeiros	30-06-2025	30-06-2024
Outros Investimentos Financeiros FCT	5 793,31	5 793,31
Totais	5 793,31	5 793,31

8 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis foi o seguinte:

Ativos Tangíveis		Edifícios e outras Construções		Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros	Totais
		Terrenos	Edifícios					
Em 30-06-2025	Quantias brutas escrituradas	469 000,00	1 689 200,26	774 124,34	35 686,24	325 691,70	548 499,49	3 842 202,03
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	-1 533 378,75	-743 245,19	-17 757,01	-319 060,19	-517 550,59	-3 130 991,73
	Aquisições	0,00	0,00	41 621,06	0,00	0,00	0,00	41 621,06
	Depreciações do Exercício	0,00	-15 993,18	-7 564,46	-3 298,26	-1 583,51	-6 156,84	-34 596,25
	Quantias líquidas escrituradas	469 000,00	139 828,33	64 935,75	14 630,97	5 048,00	24 792,06	718 235,11
Em 30-06-2024	Quantias brutas escrituradas	469 000,00	1 689 200,26	751 883,20	35 686,24	320 317,74	539 361,49	3 805 448,93
	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	0,00	-1 499 716,89	-731 874,93	-11 160,49	-310 862,21	-512 296,36	-3 065 910,88
	Aquisições	0,00	0,00	0,00	9 652,00	0,00	6 486,00	16 138,00
	Depreciações do Exercício	0,00	-17 668,68	-5 185,41	-3 316,14	-3 997,66	-6 017,85	-36 185,74
	Quantias líquidas escrituradas	469 000,00	171 814,69	14 822,86	30 861,61	5 457,87	27 533,28	719 490,31

9 LOCAÇÕES

As locações são registadas conforme descrito na alínea c) do parágrafo 3.1. A Oeiras Viva, E.M. não possui locações financeiras no período em análise.

10 IMPARIDADES E PROVISÕES

10.1 PROVISÕES

Assinala-se a existência do processo judicial em curso:

- Processo judicial n.º 1157/11.0BESNT no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra, contra a Oeiras Viva, com um valor de €13.962,98, aguardando trânsito em julgado.

11 CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Não foram registados financiamentos obtidos no período.

12 INVENTÁRIOS

A empresa adotou como método de custeio o custo de aquisição e utiliza o sistema de inventário permanente. O método de custeio das saídas adotado pela empresa é o FIFO (First-In, First-Out).

O método FIFO pressupõe que os itens de inventário adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar. Como resultado, os itens que permanecem em inventário no final do período são os mais recentemente comprados. Este método permite uma melhor correspondência entre os custos das mercadorias vendidas e as receitas geradas, refletindo de forma mais precisa a realidade do fluxo de caixa da empresa.

O movimento ocorrido nos inventários foi o seguinte:

Inventário	30-06-2025	30-06-2024
Iniciais	13 082,94	8 485,31
Compras	67 163,12	62 656,10
Regularizações	-92,40	0,00
Finais	-13 082,94	-13 082,94
CMVMC	67 070,72	58 058,47

As mercadorias em consignação são aquelas que são colocadas junto do vendedor, mantendo o seu proprietário original (fornecedor) a propriedade até que o vendedor consiga vendê-las. Somente no momento da venda, o vendedor repassará ao dono das mercadorias o montante acordado, que corresponde ao preço de venda, eventualmente deduzido de uma comissão para o vendedor.

Um exemplo de mercadoria em consignação é o combustível. O preço praticado está alinhado com os preços de referência da Galp Energia que vigoram no momento da entrega, descontando os descontos indicados. A margem de revenda varia conforme o tipo de combustível e é faturada mensalmente.

13 RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente pode ser razoavelmente quantificado.

As vendas e prestações de serviços foram as seguintes:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 30-06-2025		Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Período 30-06-2024	
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período		Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período
Venda de Bens					
Combustíveis	78 767 €	4,03%	36,58%	57 673 €	3,75%
Merchandising	0 €			0 €	
Cartões Magnéticos	0 €			0 €	
Artigos Diversos	16 €	0,00%		0 €	
Prestação de Serviços					
Piscinas	965 468 €	49,37%	42,91%	675 591 €	43,89%
Pavilhões	166 149 €	8,50%	(5,21)%	175 286 €	11,39%
Auditórios	134 331 €	6,87%	363,25%	28 998 €	1,88%
Porto de Recreio	489 391 €	25,03%	(1,99)%	499 330 €	32,44%
Palácio Flor da Murta	1 538 €	0,08%	(92,81)%	21 378 €	1,39%
C.D. Porto Salvo	20 482 €	1,05%	200,49%	6 816 €	0,44%
P.D. Carlos Queiroz	65 131 €	3,33%	25,20%	52 023 €	3,38%
Escola de Vela	32 820 €	1,68%	56,00%	21 039 €	1,37%
Posto de Turismo	18 €	0,00%		0 €	
Outros	1 424 €	0,07%	17,44%	1 213 €	0,08%
Totais	1 955 535 €			1 539 346 €	

14 SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

14.1 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 4/23/2024, foi celebrado o Contrato-Programa n.º 372/2025, visando definir os termos e condições de prestação do serviço de interesse geral à população nas áreas do desporto, saúde e bem-estar, através da promoção do desporto e do fomento das atividades relacionadas com a saúde e bem-estar desportivo, e estabelecer a cooperação entre o acionista e a entidade no sentido de garantir a prática de preços sociais nos equipamentos desportivos no âmbito da participação da comunidade nas atividades regulares dinamizadas pela Oeiras Viva, E.M., pretendendo assim ir de encontro às previsões orçamentais para o ano 2025.

A compensação atribuída por este contrato-programa foi de 654 313,00 € que foi assim distribuído:

Equipamentos	1º Semestre	Valor distribuído
PD Carlos Queiroz	22 326,96	44 653,93
CD Porto Salvo	3 844,74	7 689,48
Piscina de Barcarena	66 431,64	132 863,28
Piscina de Linda-a-Velha	49 267,62	98 535,23
Piscina Outurela/Portela	69 260,27	138 520,54
Pav. São Julião da Barra	7 936,64	15 873,29
Pav. Miraflores	7 936,64	15 873,29
Pav. Talaíde	7 936,64	15 873,29
Pav. Carnaxide	7 936,64	15 873,29
Pav. Outurela SMB	7 936,64	15 873,29
Pav. Caxias	7 936,64	15 873,29
Pav. Paço d` Arcos	7 936,64	15 873,29
Pav. Queijas	7 936,64	15 873,29
Turismo	52 532,11	105 064,22
Totais	327 156,50	654 313,00

15 EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

As políticas contabilísticas adotadas para os efeitos de alterações em taxas de câmbio encontram-se descritas na alínea o) do parágrafo 3.1. No exercício de 2025, não houve diferenças de câmbio.

16 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

16.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Oeiras Viva, em 2025, e autorizadas para emissão.

17 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

17.1 IMPOSTO CORRENTE

Demonstração de Resultados	Períodos	
	2025	2024
Vendas e serviços prestados	1 955 535,20	1 539 345,83
Subsídios à exploração	327 156,50	186 946,58
Trabalhos para a própria entidade		
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(67 070,72)	(58 058,47)
Fornecimentos e serviços externos	(1 462 852,22)	(1 214 567,42)
Gastos com o pessoal	(935 681,03)	(812 113,47)
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		
Provisões (aumentos / reduções)		
Aumentos / reduções de justo Valor		
Outros rendimentos	4 800,37	32 340,99
Outros gastos	(28 201,73)	(4 022,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	(206 313,63)	(330 128,40)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(63 133,97)	(70 174,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	(269 447,60)	(400 302,97)
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros e gastos similares suportados		
Resultado antes de impostos	(269 447,60)	(400 302,97)
Imposto sobre o rendimento do período / Impostos diferidos	(1 325,40)	(11 736,63)
Resultado líquido do período	(270 773,00)	(412 039,60)

17.2 IMPOSTO A PAGAR

O cálculo do imposto e as tributações autónomas foram efetuados conforme se segue:

Tributações Autónomas		Taxa	T.A	
Em prejuízo	Conservação e reparação	3 123,69	18,5%	577,88
	Combustíveis	523,00	18,5%	96,76
	Deslocações e estadas	0,00	18,5%	0,00
	IUC viaturas	148,22	18,5%	27,42
	IUC - Barcos	424,09	18,5%	78,46
	Despesas de representação	1 819,58	20,0%	363,92
	Deslocações e estadas	904,85	20,0%	180,97
Total				1 325,40

18 MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PRÓPRIO

O movimento ocorrido na rubrica "Outras variações no Capital Próprio" deveu-se fundamentalmente ao reconhecimento dos proveitos a imputar ao 1.º semestre do exercício de 2025 e ao ajustamento dos impostos diferidos.

Capital	Abertura	Movimentos do Exercício	Aplicação dos Resultados	30-06-2025
Capital Realizado	100 965,57	0,00		100 965,57
Reservas Legais	54 142,66		0,00	54 142,66
Resultados Transitados	1 076 805,29		-90 403,86	986 401,43
Outras Variações do Capital Próprio	1 635,74	0,00		1 635,74
Resultado Líquido do Período	-90 403,86	-270 773,00		-270 773,00
Totais	1 143 145,40	-270 773,00	-90 403,86	872 372,40

19 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se no parágrafo 3.1.

19.2 QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE ATIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS

Quantias escrituradas		Período 30-06-2025			Período 30-06-2024		
		Quantias brutas	Imparidades Acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades Acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos	Cientes	417 745,96	-121 032,93	296 713,03	277 986,92	-45 693,92	232 293,00
	Outros Créditos a Receber	333 293,55	0,00	333 293,55	14 315,61	0,00	14 315,61
	Totais	751 039,51	-121 032,93	630 006,58	292 302,53	-45 693,92	246 608,61
Passivos	Fornecedores	382 584,82	0,00	382 584,82	412 164,22	0,00	412 164,22
	Outras Dívidas a pagar	275 942,38	0,00	275 942,38	206 507,61	0,00	206 507,61
	Totais	658 527,20	0,00	658 527,20	618 671,83	0,00	618 671,83

19.3 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Outros Créditos a Receber	30-06-2025	30-06-2024
Fornecedores	2 829,07 €	5 587,20 €
Adiantamentos a fornecedores	1 033,79 €	0,00 €
Adiantamentos a funcionários	1 546,32 €	3 281,77 €
Penhoras a Funcionários	129,31 €	3 581,70 €
Outros devedores e credores	327 755,06 €	1 864,94 €
Totais	333 293,55	14 315,61

19.4 OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR

Outras Dívidas a Pagar	30-06-2025	30-06-2024
Estimativa de Férias, Sub. Férias e Sub.Natal	173 591,23	134 110,31
Acréscimos de Custos (FSE)	32 796,21	503,82
Outros Credores	69 554,94	71 893,48
Totais	275 942,38	206 507,61

19.5 DIFERIMENTOS ATIVOS

As rubricas do ativo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Gastos a Reconhecer	30-06-2025	30-06-2024
Seguros	14 504,95	15 142,26
FSE	8 343,39	11 478,95
Financeiros	11 791,42	5 895,71
Totais	34 639,76	32 516,92

19.6 DIFERIMENTOS PASSIVOS

As rubricas do passivo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

Rendimentos a reconhecer	30-06-2025	30-06-2024
Receitas Anuais Porto de Recreio	183 076,72	191 067,53
PB- Piscina Barcarena	17 351,35	49 327,93
POP-Piscina Outourela	16 220,28	40 788,37
PLV-Piscina Linda Velha	9 531,00	27 649,59
Contrato Programa	327 156,50	467 366,42
Totais	553 335,85	776 199,84

19.7 IMPOSTOS DIFERIDOS

Impostos Diferidos	Iniciais	No Período	Escriturados	Tipo ID
Em 30-06-2025	87 361,23	0,00	87 361,23	Ativo
Em 30-06-2024	61 668,62	0,00	61 668,62	Ativo
	1 495,27	0,00	1 495,27	Passivo

20 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de pessoas ao serviço era conforme segue: (Inserir tabela de número de pessoas ao serviço aqui)
De acordo com o parágrafo 3.1, os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

As remunerações atribuídas foram as seguintes:

Pessoal	30-06-2025	30-06-2024
Administração	1	1
Pessoal Activo	72	78
Comissão de Serviço	0	1
Cedência à CMO	1	1
Licença sem vencimento	2	1
Incapacidade de trabalho a mais de um ano	2	2
Totais	78	84

Benefícios de curto prazo dos Empregados	30-06-2025	30-06-2024
Remunerações Órgão Sociais	30 086,79	11 342,43
Remunerações Pessoal	707 309,84	626 683,74
Indemnizações	1 735,51	0,00
Encargos s/ remunerações	173 032,69	132 168,54
Seguros de Acidentes de Trabalho	17 744,52	15 843,58
Outros Gastos com o Pessoal	5 771,68	26 075,18
Totais	935 681,03	812 113,47

21 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

A empresa não registou dívidas ao Estado relativas ao período.

22 OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (SALDOS CREDITORES)

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" (Saldos Creditores) tem a seguinte composição:

Estado Saldos Creditores	30-06-2025	30-06-2024
Imposto Sobre o Rendimento	1 325,40	28 962,15
Retenção de IRS	25 409,58	22 875,30
IVA a pagar	107 483,50	52 849,90
Segurança Social	69 097,50	64 981,36
Outros	0,00	0,00
Totais	203 315,98	169 668,71

22.2 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (SALDOS DEVEDORES)

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" (Saldos Devedores) tem a seguinte composição:

Estado Saldos Devedores	30-06-2025	30-06-2024
Imposto Sobre o Rendimento	4 173,00	0,00
Retenção de IRS	0,00	0,00
IVA a Recuperar	0,00	0,00
Segurança Social	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Totais	4 173,00	0,00

22.3 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" tem a seguinte composição:

Fornecimentos e Serviços Externos	30-06-2025	30-06-2024
Trabalhos especializados	84 019,11	71 557,30
Publicidade e propaganda	3 981,79	13 824,34
Vigilância e segurança	19 717,67	25 004,83
Honorários	412 351,95	328 081,77
Comissões	2 304,38	0,00
Conservação e reparação	71 598,69	46 596,73
Despesas Bancárias	10 955,62	9 828,46
Outros serviços especializados	259,60	53,48
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	45 930,91	25 305,48
Livros e documentação técnica	1 444,77	1 348,64
Material de escritório / economato	3 379,27	4 019,47
Artigos para oferta	2 816,73	5 408,53
Materiais - Prod. químicos	23 866,18	25 471,60
Materiais de limpeza	0,00	12,96
Mobiliários e Decoração	760,17	0,00
Outros materiais	0,00	9 998,21
Electricidade	243 332,16	250 847,64
Combustíveis	2 746,01	4 320,20
Água	47 392,41	35 259,62
Gas	128 665,75	48 890,95
Outros energia e fluidos	88 536,36	94 605,19
Deslocações, estadas e transportes	1 556,76	2 211,96
Rendas e alugueres	23 178,00	16 195,19
Comunicação	19 494,17	21 432,70
Seguros	35 907,23	29 226,10
Contencioso e notariado	945,10	5,00
Despesas de representação	1 819,58	2 474,97
Limpeza, higiene e conforto	185 247,62	134 700,60
Outros serviços	644,23	7 885,50
Totais	1 462 852,22	1 214 567,42

22.4 OUTROS GASTOS

A rubrica de "Outros gastos" tem a seguinte composição:

Outros Gastos	30-06-2025	30-06-2024
Impostos	3 305,88	3 490,95
Correções relativas a exercícios anteriores	22 445,61	0,00
Donativos	0,00	0,00
Quotizações	1 282,35	519,56
Insuficiência da estimativa para impostos	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	5,96	0,00
Outros não especificados	1 161,93	11,93
Totais	28 201,73	4 022,44

22.5 OUTROS RENDIMENTOS

A rubrica de "Outros Rendimentos" tem a seguinte composição:

Outros Rendimentos	30-06-2025	30-06-2024
Rendimentos Suplementares	0,00	6 592,08
Correções relativas a exercícios anteriores	261,40	2 036,48
Reconhecimento subsídios investimento	0,00	0,00
Outros	4 538,97	23 712,43
Totais	4 800,37	32 340,99

22.6 GARANTIAS PRESTADAS

De acordo com a informação existente na central de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, à data de 30 de junho de 2025, a empresa prestou na Caixa Geral de Depósitos uma garantia bancária a favor da Direção Geral do Tesouro no montante de €77.569,57.

22.7 OUTRAS DIVULGAÇÕES

À data de conclusão deste relatório, e face às circunstâncias atuais, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta, o desenrolar da situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são passíveis de antecipação fiável. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, nomeadamente por via do aumento dos preços da energia, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

22.8 EVENTOS SUBSEQUENTES

Para além do mencionado na nota 22.7, não há conhecimento de eventos ocorridos após a data de balanço que afetem (ou possam vir a afetar) o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício, tendo em consideração as disposições da NCRF 24 – Acontecimentos após a Data do Balanço.

Oeiras, 7 de outubro de 2025

O Contabilista Certificado

Assinado por: **Carlos Alberto Pereira Batista**

Num. de Identificação: 06957134

Data: 2025.10.07 11:46:05+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 48958**

A Direção financeira

Assinado por: **Isabel Maria Saraiva**

Rabaça

Num. de Identificação: 05539032

Data: 2025.10.07 12:30:21+01'00'

A Administração

Assinado por: **Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha**

Num. de Identificação: 08963274

Data: 2025.10.07 12:45:57+01'00'



Demonstração dos resultados por naturezas em 30 de junho de 2025

Rendimentos e Gastos	Notas	2025	2024
Vendas e serviços prestados	13.	1 955 535,20	1 539 345,83
Subsídios à exploração	14.1	327 156,50	186 946,58
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12.	(67 070,72)	(58 058,47)
Fornecimentos e serviços externos	22.3	(1 462 852,22)	(1 214 567,42)
Gastos com o pessoal	20.	(935 681,03)	(812 113,47)
Imparidade / Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos / reduções)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo Valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	22.5	4 800,37	32 340,99
Outros gastos	22.4	(28 201,73)	(4 022,44)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(206 313,63)	(330 128,40)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	7/8	(63 133,97)	(70 174,57)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(269 447,60)	(400 302,97)
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		(269 447,60)	(400 302,97)
Imposto sobre o rendimento do período / Impostos diferidos	17.2	(1 325,40)	(11 736,63)
Resultado líquido do período	17.1	(270 773,00)	(412 039,60)

O Contabilista

Assinado por: **Carlos Alberto Pereira Batista**

Num. de Identificação: 06957134

Data: 2025.10.03 14:32:51+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 48958**



A Direção Financeira

Assinado por: **Isabel Maria Saraiva Rabaça**

Num. de Identificação: 05539032

Data: 2025.10.03 16:21:38+01'00'



A Administração

Assinado por: **Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha**

Num. de Identificação: 08963274

Data: 2025.10.03 16:33:42+01'00'



OEIRAS VIVA - Gestão Equipamentos Culturais e Desportivo, EM**NIF: 505351064****Balanço a 30 de junho de 2025**

	NOTAS	2025	2024	Δ%
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	8.	718 235,11	719 490,31	-0,2
Propriedades de investimento		0,00	0,00	N/A
Ativos intangíveis	7.	11 289,74	61 599,63	-81,7
Outros investimentos financeiros	7.	5 793,31	5 793,31	0,0
Créditos a receber		0,00	0,00	N/A
Ativos por impostos diferidos	19.7	87 361,23	61 668,62	41,7
Total ativo não corrente		822 679,39	848 551,87	-3,0
Ativo corrente				
Inventários	12.	13 082,94	13 082,94	0,0
Clientes	19.2	296 713,03	232 293,00	27,7
Estado e outros entes públicos	22.2	4 173,00	0,00	N/A
Outros créditos a receber	19.3	333 293,55	14 315,61	2228,2
Diferimentos	19.5	34 639,76	32 516,92	6,5
Outros ativos financeiros		0,00	0,00	N/A
Caixa e depósitos bancários	4.	799 544,18	1 249 042,34	-36,0
Total ativo corrente		1 481 446,46	1 541 250,81	-3,9
Total ativo		2 304 125,85	2 389 802,68	-3,6
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO				
Capital próprio				
Capital subscrito	18.	100 965,57	100 965,57	0,0
Reservas legais		54 142,66	54 142,66	0,0
Resultados transitados		986 401,43	1 076 805,29	-8,4
Ajustamentos / outras variações no capital próprio		1 635,74	3 893,11	-58,0
Resultado líquido do período	17.1	(270 773,00)	(412 039,60)	-34,3
Total capital próprio		872 372,40	823 767,03	5,9
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões		0,00	0,00	N/A
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00	N/A
Passivos por impostos diferidos	19.7	0,00	1 495,27	N/A
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00	N/A
Total passivo não corrente		0,00	1 495,27	N/A
Passivo corrente				
Fornecedores	19.2	382 584,82	412 164,22	-7,2
Adiantamentos de clientes		16 574,42	0,00	N/A
Estado e outros entes públicos	22.1	203 315,98	169 668,71	19,8
Outras dívidas a pagar	19.4	275 942,38	206 507,61	33,6
Diferimentos	19.6	553 335,85	776 199,84	-28,7
Outros passivos financeiros		0,00	0,00	N/A
Total passivo corrente		1 431 753,45	1 564 540,38	-8,5
Total passivo		1 431 753,45	1 566 035,65	-8,6
Total capital próprio e passivo		2 304 125,85	2 389 802,68	-3,6

O Contabilista

Assinado por: **Carlos Alberto Pereira Batista**
 Num. de Identificação: 06957134
 Data: 2025.10.02 17:46:26+01'00'
 Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**
Certificados
 Atributos certificados: **Membro da OCC nº 48958**

A Direção Financeira

Assinado por: **Isabel Maria Saraiva Rabaça**
 Num. de Identificação: 05539032
 Data: 2025.10.03 16:19:53+01'00'

A Administração

Assinado por: **Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha**
 Num. de Identificação: 08963274
 Data: 2025.10.03 16:29:10+01'00'

OEIRAS VIVA - Gestão Equipamentos Culturais e Desportivo, EM
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2025

RUBRICA	Notas	PERÍODOS	
		2025	2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		2 353 531,39	1 907 382,06
Pagamentos a fornecedores		(1 753 162,28)	(1 431 533,88)
Pagamentos ao pessoal		(875 032,85)	(527 100,58)
		(274 663,74)	(51 252,40)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		2 415,96	
Outros recebimentos/pagamentos		106 701,86	268 670,44
		(165 545,92)	217 418,04
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		(41 621,06)	(16 138,00)
Activos intangíveis			(4 050,00)
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos		4 500,00	
Subsídios de Investimento			
Juros e rendimentos similares			
		(37 121,06)	(20 188,00)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuizos			
Doações			
Outros operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos			
Juros e gastos similares			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES			
Efeito das diferenças de câmbio		(202 666,98)	197 230,04
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO		-	-
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INICIO DO PERÍODO		1 002 211,16	1 051 812,30
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO		799 544,18	1 249 042,34

O Contabilista
Assinado por: Carlos Alberto Pereira Batista
Num. de Identificação: 06957134
Data: 2025.10.03 14:31:39+01'00'
Certificado por: Ordem dos Contabilistas
Certificados
Atributos certificados: Membro da OCC nº 48958

A Direção Financeira
Assinado por: Isabel Maria Saraiva Rabaça
Num. de Identificação: 05539032
Data: 2025.10.03 16:22:22+01'00'

A Administração
Assinado por: Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha
Num. de Identificação: 08963274
Data: 2025.10.03 16:34:24+01'00'

Demonstrações das alterações no capital próprio no período janeiro 2025 - junho 2025

Oeiras Viva, EM

NIF: 505351064

DESCRIÇÃO	Capital Subscrito	Outros Instrumentos do Capital Próprio	Revervas	Resultados Transitados	Outras Variações do Capital Próprio	Resultado Líquido do Período	Total
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	51	53	55	56	59		
	100 965,57	0,00	54 142,66	1 076 805,29	1 635,74		1 233 549,26
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Aumentos de Capital (Novas Entradas)	0,00	0,00					0,00
Reduções de Capital (Reembolsos)	0,00	0,00					0,00
Ajustamentos por impostos diferidos					0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no CP					0,00		0,00
Transferências para Reservas Legais			0,00	0,00			0,00
Distribuição dos Resultados (Dividendos)				(90 403,86)			(90 403,86)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO						(270 773,00)	(270 773,00)
Total de Variações do Período	0,00	0,00	0,00	(90 403,86)	0,00	(270 773,00)	(361 176,86)
RESULTADO INTEGRAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(270 773,00)	(270 773,00)
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	100 965,57	0,00	54 142,66	986 401,43	1 635,74	(270 773,00)	872 372,40

Assinado por: **Carlos Alberto Pereira Batista**

Num. de Identificação: 06957134

Data: 2025.10.02 17:44:10+01'00'

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados

Atributos certificados: **Membro da OCC n° 48958**



Assinado por: **Isabel Diniz da Silva Rodrigues**

Num. de Identificação: 05539032

Data: 2025.10.03 16:20:49+01'00'

Certificado por: **A Administração**

Num. de Identificação: 08963274

Data: 2025.10.03 16:32:26+01'00'



- **PARECER DOS REVISORES OFICIAIS CONTAS**

RELATÓRIO DE REVISÃO LIMITADA

INFORMAÇÃO SEMESTRAL SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO 1º
SEMESTRE 2025**Introdução**

Nos termos e para os efeitos da alínea h) do nº 6 do Art.º 25º da Lei 50/2012 de 31 de Agosto, apresentamos à Câmara Municipal de Oeiras o nosso Relatório Semestral sobre a situação económica e financeira da OEIRAS VIVA - GESTÃO DE EQUIPAMENTOS SÓCIO CULTURAL E DESPORTIVO, E.M. (Oeiras Viva) que evidencia em 30 de Junho de 2025 um total de Ativo de 2.304.125,85 euros, um total de Capital Próprio de 872.372,40 euros e um Resultado Líquido negativo de 270.773.00 euros.

As quantias referidas, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam do Relatório semestral preparado pelo Conselho de Administração da Oeiras Viva em 3 de outubro de 2025.

Responsabilidades do órgão de gestão

E da responsabilidade do órgão de gestão a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em expressar uma conclusão sobre a informação financeira e restantes documentos acima referidos. O nosso trabalho foi efetuado de acordo com as normas internacionais de revisão limitada de demonstrações financeiras e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estas normas exigem que o nosso trabalho seja conduzido de forma a concluir se algo chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras, como um todo, não estão preparadas em todos os aspetos materiais de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF) adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização contabilística.

O exame a que procedemos consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados à:
 - revisão sumária das principais rubricas que compõem a informação económica e financeira;
 - verificação da fiabilidade das asserções constantes da informação contabilística disponível;
 - adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - aplicação dos princípios e normas contabilísticas;
 - apresentação da informação financeira; e

Uma revisão limitada de informação económica-financeira é um trabalho de garantia limitada de fiabilidade. Os procedimentos que efetuámos consistem fundamentalmente em inspeções e procedimentos analíticos e consequente avaliação da prova obtida.

Os procedimentos efetuados numa revisão limitada são significativamente mais reduzidos do que os procedimentos efetuados numa auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). Consequentemente, não expressamos uma opinião de auditoria sobre esta informação económico-financeira.

Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão deste relatório semestral, que teve por base o Relatório e as demonstrações financeiras preparadas e apresentadas pelo Conselho de Administração, e os elementos e os documentos contabilísticos respetivos, bem como as reuniões e esclarecimentos prestados pelos serviços financeiros.

Parer

A rubrica de *Caixa e Depósitos Bancários*, no montante de 799.544,18 euros, não se encontra conciliado com o saldo constante do extrato bancário reportado à mesma data. Ainda que a diferença possa ser considerada inaterial, não nos foi disponibilizada informação adicional que nos permitisse compreender e justificar esta divergência.

Os procedimentos alternativos que efetuámos não nos permitiram obter evidência suficiente e apropriada que nos proporcionasse segurança razoável quanto à reconciliação dessa diferença. Assim, desconhecendo os eventuais ajustamentos que poderiam ser necessários a respeito do impacto nas demonstrações financeiras.

Para ser capaz de emitir este relatório, entendemos que a informação financeira é crucial, respeitante ao período de seis meses final em 30 de junho de 2017, apresentada à sociedade e ao público. Por todos os efeitos materiais, a posição financeira da Genes 17, SA e o seu desempenho financeiro tiveram o devido impacto no período de gestão que se verifica na contabilidade e, assim, no balanço do G&A, divulgado em 30 de junho de 2017, e no relatório de gestão da administração da Genes 17, SA.

12 de outubro de 2017



NESTOR S. ASSUNÇÃO – C.º 101.113
Representante do Mercado de Valores Mobiliários – C.º 101
12.10.17 14:00 (LAV) (M) (P) (S) (C)

